



PROCESSO PRINCIPAL nº: 013.7602.2020.0001437-14

PROCESSO IMPUGNAÇÃO nº 013.7602.2021.0011188-20

OBJETO: Prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva e de reparo de condicionadores de ar, **Sistema de ar condicionado central e subsistemas complementares**, com reposição eventual de peças e acessórios.

AO Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Bahia-CRT-BA

CNPJ sob o nº 32.784.905/0001-96

DECISÃO IMPUGNAÇÃO – PE 02/2021

Trata-se de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 02/2021, formulada pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Bahia-CRT-BA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.784.905/0001-96, conforme expostos a seguir:

I. DA TEMPESTIVIDADE – LICITAÇÃO SUSPensa – DIREITO DE RESPOSTA

O Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Bahia CRT-BA apresenta a impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 002.2021, por meio eletrônico (e-mail), no dia, 26 de março de 2021, sexta-feira, às 20:11 horas.

A Data e a hora da disputa está prevista 31/03/2021, às 11:00. O Impugnante envia suas considerações por e-mail no dia 26 de março de 2021, sexta-feira, às 20:11 horas.

A impugnação apresentada pela interessada foi tempestiva, pois obedeceu ao prazo estipulado no art. 118, inciso III da Lei Estadual nº 9.433/05, sendo conhecida por esta Pregoeira após a recepção da impugnação.

II. DA APROVAÇÃO DO EDITAL PELA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – EDITAL PADRONIZADO

Registrar que o instrumento desse Pregão Eletrônico, trata de edital padronizado, elaborado e aprovado pela Procuradoria Geral do Estado. O qual foi baixado através do site: www.pge.ba.gov.br/minutas-de-editais.



I. DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

1- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA –PARTE II HABILITAÇÃO – Item 1.3, alínea “d” (pg. 18)

A Impugnante requer que sejam analisados os pontos detalhados na impugnação, com a **correção necessária** do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Tendo em vista que a sessão pública eletrônica está designada para abertura das proposta dia 29/03/2021, requer, ainda, seja conferido **efeito suspensivo** a esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados. Caso contrário, há o iminente risco de todo o processo licitatório ser nulo.

Informa que a presente impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório por discreparem do rito estabelecido na lei 8666/1993, ao restringirem a competitividade, condição essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

Conforme item 1.3, alínea “d” (pg. 18), do instrumento convocatório, há evidente restrição injustificada à participação de todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, quando condiciona a qualificação técnica e participação da empresa e dos profissionais à apresentação de inscrição/registro junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), considerados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação.

Requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irrisignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto. Pelo que **PEDE DEFERIMENTO**,

DA ANÁLISE DO MÉRITO

Sustenta a Impugnante que o edital do certame restringe injustificadamente a participação de todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, ao exigir, na alínea "d" do item 1.3 da Seção I, Parte II, quando condiciona a qualificação técnica e participação da empresa e dos profissionais à apresentação de inscrição/registro junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

Argumenta que, com a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Técnicos Industriais, o CREA "deixou de ter competência para fiscalizar a atividade profissional dos técnicos, bem como das empresas cujos responsáveis técnicos sejam, de fato, técnicos".



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria da Fazenda

Diretoria de Adm. Tributária da Região Metropolitana de Salvador - DAT METRO

RESOLUÇÃO Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020.

Define as Atribuições do Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização e do Técnico Industrial em Refrigeração e Ar Condicionado, e dá outras providências.

DA EXISTÊNCIA DE PRECEDENTES

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, inclusive, já concordou com a retificação de edital- Pregão Eletrônico nº DG-030/2020, conforme abaixo:

DA ANÁLISE DO MÉRITO

Sustenta a Impugnante que o edital do certame (documento SEI nº 00026186603) restringe injustificadamente a participação de todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, ao exigir, na alínea "d" do item 1.3 da Seção I, Parte II, a comprovação de registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA. Argumenta que, com a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Técnicos Industriais, o CREA "deixou de ter competência para fiscalizar a atividade profissional dos técnicos, bem como das empresas cujos responsáveis técnicos sejam, de fato, técnicos". Consultada, a unidade de origem opinou favoravelmente ao atendimento do pleito ora sub examine (documento SEI nº 00026189359). Analisando o ter da Resolução nº 68 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (documento SEI nº 00026196660), vê-se que o objeto do certame está inserido no rol de competências e atribuições dos profissionais técnicos industriais.

DA DECISÃO

Face ao exposto, com fundamento nos artigos 3º e 112 da Lei Estadual nº 9.433/2005, resolve JULGAR PROCEDENTE a impugnação apresentada pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Bahia, para o fim de retificar o dispositivo editalício atacado, que passa a ter a seguinte redação: "registro ou inscrição na entidade profissional competente (art. 101, I), qual seja: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Bahia - CRT/Ba." Consequentemente, devolver-se-á integralmente o prazo legal para apresentação das propostas.

DA DECISÃO

A Pregoeira oficial da DAT METRO opina por acolher a impugnação do edital interposto pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Bahia, diante da análise da resolução 123/2020 do sistema CFT/CRT, a qual define em seu objeto as prerrogativas e atribuições para o técnico



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria da Fazenda

Diretoria de Adm. Tributária da Região Metropolitana de Salvador - DAT METRO

em Refrigeração e Ar Condicionado: os serviços a serem realizados podem ser realizados pelos Técnicos Industriais em Refrigeração e Ar Condicionado.

O Coordenação de Administração Regional- CAREG/DAT METRO, também solicitou esclarecimento sobre a competência dos técnico, o qual tem a seguinte resposta:
Conforme a lei 5524/68, o decreto 90.922/85, a lei 13.639;/2018 e a resolução 123/2020 do sistema CFT/CRT, não há limite de potência para o técnico em refrigeração desenvolver as atividades descritas.

A Pregoeira considera também que já houve precedente para a alegação do conselho, conforme processo nº 020.4489.2021.0000139-18, doc. 00026196771, da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia que, inclusive, já concordou com a retificação de edital- Pregão Eletrônico nº DG-030/2020.

Resolve retificar o dispositivo editalício e passando a ter a seguinte redação: "registro ou inscrição na entidade profissional competente (art. 101, I), qual seja: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Bahia - CRT/Ba."

O mesmo será republicado no WWW.LICITACOES-E.COM.BR E WWW.COMPRASNET.BA.GOV.BR .

Não haverá devolução dos prazos uma vez que inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme o art. 15 dos Decretos nºs 19.896/2020 e 19.898/2020:

Salvador/BA, 30 de março de 2021.

Luzitania da Silva Coutinho

Pregoeiro PE nº 02/2021 – DAT METRO